

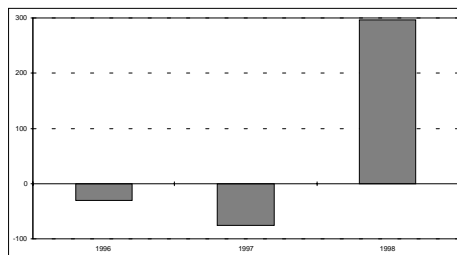
TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

De acordo com os últimos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) para as seis maiores regiões metropolitanas do país, englobando o final do ano de 1997 e o mês de janeiro de 1998, a População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões cobertas por aquela pesquisa domiciliar do IBGE atingiu, conforme o esperado, seu ponto de pico no mês de novembro (17,45 milhões de trabalhadores) e experimentou uma contração no mês seguinte (17,20 milhões em dezembro), padrão este que já havia sido observado nos anos imediatamente anteriores. O dado surpreendente diz respeito à apreciável expansão medida para o primeiro de mês de 1998, quando houve um aumento de cerca de 300 mil pessoas, a maioria das quais na condição de desempregados. Este resultado é merecedor de bastante atenção, pelas razões enumeradas a seguir.

Primeiro, ao contrário da interpretação oferecida por muitos daqueles que se debruçaram sobre a questão, este aumento não é característico do mês de janeiro. Como pode ser observado no Gráfico 1, a PEA diminuiu neste mesmo mês nos dois anos imediatamente anteriores: houve uma redução de 30 mil trabalhadores em janeiro de 1996 e 75 mil em janeiro de 1997. Por certo estas contrações não chegam a ser expressivas, mas, de qualquer modo, tornam patente que o aumento verificado no corrente ano não pode ser caracterizado como normal.

Além disso, este crescimento esteve bastante longe de poder ser tachado de uniforme

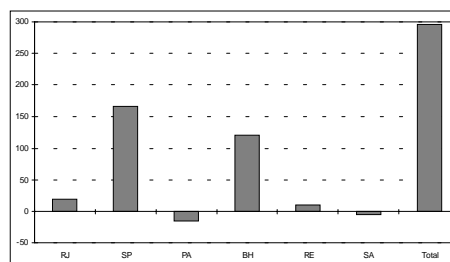
GRÁFICO 1
Variações da PEA no mês de Janeiro (em milhares de pessoas)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

ao longo das regiões metropolitanas. Conforme mostrado no Gráfico 2, houve uma retração em Porto Alegre e Salvador, um pequeno aumento no Rio de Janeiro e em Recife, conjuntamente com grandes expansões em São Paulo e Belo Horizonte. Na verdade, estas duas últimas respondem pela quase totalidade do aumento da PEA metropolitana (170 e 120 mil trabalhadores a mais na força de trabalho, respectivamente). Vale frisar que, mesmo no âmbito delas, o aumento da PEA em janeiro não é um fato comum, só tendo ocorrido, e de forma bastante branda, em São Paulo há dois anos atrás. Outro aspecto a ser destacado é que em São Paulo e Belo Horizonte a taxa de participação no mercado de trabalho aumentou 1 e 1,5 ponto percentual, respectivamente, no mês de janeiro, tendo diminuído para as demais regiões.

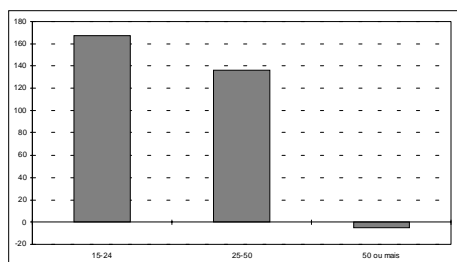
GRÁFICO 2
Variações da PEA por Região Metropolitana em Janeiro/98 (em milhares de pessoas)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Outro ponto que desperta a atenção é que, ao ser analisada a variação na composição da PEA segundo grupos etários, percebe-se que 56% deste aumento da força de trabalho deveu-se ao "ingresso" de pessoas na faixa dos 15 aos 24 anos de idade. Ou seja, embora estes jovens constituam apenas 20% da PEA, eles foram responsáveis por mais da metade da sua expansão (na faixa de 15 a 17 anos de idade, em particular, a taxa de participação aumentou mais de 3 pontos percentuais). Cumpre lembrar, uma vez mais, que este não é um comportamento típico para o primeiro mês do ano, seja por este ser um mês típico de gozo de férias, seja por que haja para parte deste grupo um abandono voluntário do mercado de trabalho, uma vez encerrado o período de pico das atividades do comércio após o Natal.

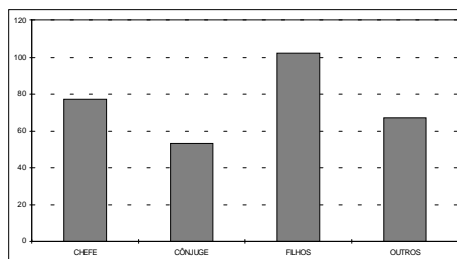
GRÁFICO 3
Varição da PEA por Faixa Etária em Janeiro/98
(em milhares de pessoas)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Um fato mais intrigante, e talvez mais revelador, diz respeito à variação na estrutura desta força de trabalho segundo a posição na família, pois pode ser constatado que quase 75% da expansão da PEA entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998 deveu-se ao ingresso dos assim denominados membros secundários (ou seja, aqueles outros que não o chefe: cônjuge, filhos e agregados). Para não fugir à regra, movimento exatamente oposto havia sido observado nos anos imediatamente anteriores, quando a contração da força de trabalho foi ditada justamente pela diminuição na taxa de participação deste grupo.

GRÁFICO 4
Variações da PEA por Posição na Família em Janeiro/98
(em milhares de pessoas)

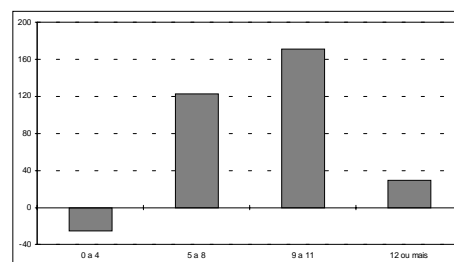


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Quanto ao corte por escolaridade, ainda de forma distinta dos anos anteriores, o aumento da PEA esteve fortemente concentrado no níveis intermediários de instrução. O pequeno aumento observado para o grupo com 12 ou mais anos de estudo é praticamente cancelado pela retração verificada no grupo com até 4 anos completos, de tal forma que a variação líquida da PEA equivale à variação ocorrida nos níveis intermediários. Embora este seja um traço comum a quase todas as regiões metropolitanas (a exceção fica por conta de Porto Alegre), ele é particularmente pronunciado em São Paulo e Belo Horizonte.

Em suma, o mês de janeiro foi caracterizado, de uma forma atípica tomando por base

GRÁFICO 5
Varição da PEA por Escolaridade em Janeiro/98
(em milhares de pessoas)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

o passado recente, por um aumento substantivo da oferta de trabalho, em boa parte devido aos aumentos nas taxas de participação nas regiões de São Paulo e Belo Horizonte, dos grupos mais jovens, dos membros secundários da família e pessoas com nível intermediário de escolaridade. A questão que paira no ar é precisamente qual teria sido a razão para este "choque" de oferta. Uma explicação natural seria um possível aumento na atratividade do mercado de trabalho, mas esta hipótese não parece plausível quando se leva em conta as expectativas vigentes nos últimos tempos quanto ao desempenho deste.

Uma outra razão, esta sim a princípio mais palatável à luz da realidade econômico-laboral, e mesmo em termos das parcas e incipientes evidências empíricas disponíveis, é que as famílias estariam ficando mais pressionadas pelas suas restrições orçamentárias e, por isto, estaria havendo maior pressão para a entrada no mercado de membros que, anteriormente, permaneceriam à margem deste. Mesmo assim, não é claro que seja este o motivo, haja vista que se, por um lado, como será visto adiante, houve um aumento na taxa de desemprego dos chefes de família, por outro houve também uma elevação do rendimento real médio dos trabalhadores ocupados.

De qualquer modo este aumento na oferta de trabalho é um aspecto importante que deverá ser monitorado de perto nos meses vindouros, tendo em vista seu impacto potencial no que tange à taxa de desemprego. Embora não seja possível fazer qualquer afirmação mais conclusiva a este respeito, tampouco pode ser afastada a hipótese de que a pronunciada elevação ocorrida na taxa de desemprego esteja refletindo não uma grande perda na capacidade da economia gerar empregos, mas sim a sua incapacidade de gerá-los em quantidade compatível com uma súbita elevação da oferta de trabalho. Embora em qualquer das situações as políticas de geração de emprego forçosamente passem a ocupar lugar de destaque na agenda econômico-

social, sem dúvida a natureza destas políticas, e mesmo o seu impacto potencial, são bastante distintos nas duas situações.

Para finalizar a análise do comportamento da PEA, cumpre destacar que ao compararem-se os últimos quadrimestres de 1997 e de 1996 percebem-se movimentos opostos aos identificados para o primeiro mês de 1998, como, por exemplo, uma redução na PEA e na taxa de participação, inclusive para São Paulo e Belo Horizonte (ver Tabelas A1.1. e A.1.4 no Anexo Estatístico), e também em relação aos grupos etários, uma vez que ocorreu uma retração da oferta de trabalho nas faixas mais jovens e uma expansão nas mais altas no final de 1997 vis-à-vis o final de 1996. Com isto torna-se ainda mais complexo o entendimento destes indicadores para o mês de janeiro último.

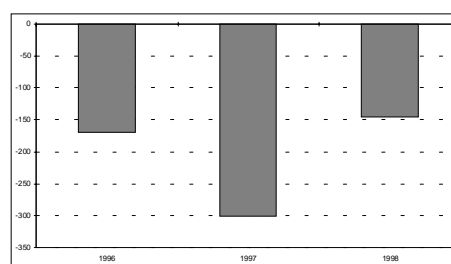
NÍVEL E COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO

O nível do emprego, após ter atingido um pico em outubro e novembro, entrou em trajetória de queda de dezembro em diante, marcando o fim do período de maior aquecimento do mercado de trabalho. Embora o nível de ocupação tenha se mantido estável em termos de médias anuais em 1997 em relação a 1996, quando se comparam as médias observadas nos últimos quadrimestres destes anos (Tabela A.2.1, no Anexo), percebe-se uma redução de cerca de 170 mil postos de trabalho no final de 1997. Ou seja, o equivalente a 1% do nível de ocupação total, contra uma retração de apenas 0,3% para a PEA em igual período.

Como de praxe, a virada de ano veio acompanhada de novas reduções (menos 145 mil postos de trabalho em janeiro). Não obstante esta redução ter sido significativa, é interessante notar que ela foi menor que aquela normalmente observada nesta época do ano (Gráfico 6), de tal sorte que o nível de emprego no início do corrente ano se compara favoravelmente ao de janeiro de 1997 (16,223 milhões contra 16,208 milhões um ano atrás). Isto parece respaldar a hipótese levantada na seção anterior de que a deterioração do mercado no início de 1998 foi mais uma consequência de um crescimento extemporâneo da oferta de trabalho do que de uma perda da capacidade deste gerar empregos.

Ao nível das diversas regiões, São Paulo é aquela que vem experimentando as maiores dificuldades de geração de emprego. De fato, quando se comparam as médias de 1997 com as de 1996, vê-se que ela foi a única a apresentar uma diminuição digna de nota no emprego total. O quadro torna-se mais dramático, todavia, quando a comparação é feita com base nos últimos quadrimestres de cada um destes anos.

GRÁFICO 6
Redução no nível de emprego no mês de Janeiro (milhares de postos de trabalho)

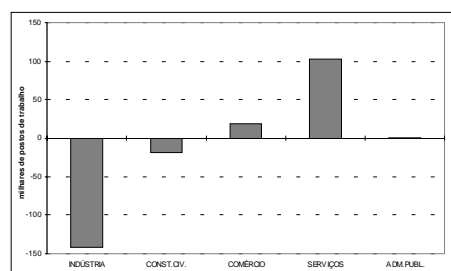


Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Neste caso, em que pese o nível de ocupação tenha diminuído ligeiramente também em algumas outras regiões, a perda líquida de empregos em São Paulo foi de 168 mil (enquanto no agregado foram eliminados 169 mil empregos!).

Comparando o nível de ocupação médio por setor de atividade em 1997 e em 1996 fica claro que o segmento de serviços continuou sendo o principal absorvedor de mão-de-obra, seguido à distância pelo comércio. Dentre os outros grandes segmentos, a indústria de transformação continuou o seu processo de enxugamento, enquanto a administração pública apresentou um nível de emprego estável. Já a construção civil, embora revelando sinais de recuperação no final do ano passado, contraiu-se em termos médios. Mais importante, a comparação de janeiro de 1998 com janeiro de 1997 revela um encolhimento ainda maior.

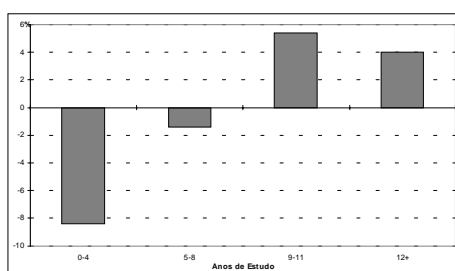
GRÁFICO 7
Varição no Nível do Emprego nos Grandes Setores (média 1997-média 1996)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Além da composição setorial, outra alteração marcante na estrutura do emprego ao longo do ano passado está relacionada com a escolaridade. Conforme ilustrado no Gráfico 8, a distribuição da força de trabalho ocupada segundo educação deslocou-se para a direita, de tal sorte que elevaram-se os percentuais de trabalhadores com de 9 a 11 e pelo menos 12 anos de estudo, e diminuíram os daqueles com menor grau de instrução (0-4 e 5-8 anos de estudo).

GRÁFICO 8
Varição no Nível de Emprego segundo Escolaridade (3º quad.97 - 3º quad.96)



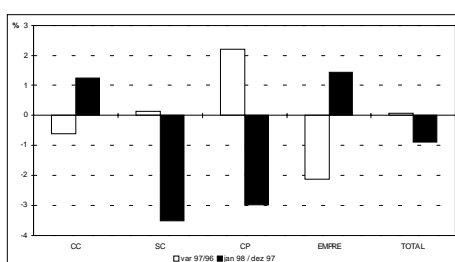
Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Como será visto à frente, esta é uma mudança que reflete mais alterações na PEA do que nas taxas de desemprego específicas.

INFORMALIDADE

A situação de estabilidade (crescimento de 0,06%) verificada no nível de ocupação, em 1997, deve ser creditada quase que integralmente ao aumento do número de trabalhadores por conta própria (+2,21% na média anual), uma vez que a categoria dos trabalhadores sem carteira assinada praticamente não variou (+0,16%), enquanto as demais formas de inserção produtiva mostraram recuos: os trabalhadores com carteira assinada apresentaram um decréscimo de 0,61% e os empregadores uma queda de 1,12%. Com isso, o grau de formalização do mercado de trabalho (entendido, grosso modo, como sendo expresso pela participação dos trabalhadores com carteira no total dos ocupados) recuou ligeiramente, de 0,467 para 0,464.

GRÁFICO 9
Varição do Nível de Ocupação por Posição na Ocupação



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

Esse crescimento diferenciado dos 'conta própria' ocorreu no final do ano (com o 3º quadrimestre mostrando um aumento de 4,5% sobre os quatro meses anteriores), já que, até então, as diversas formas de inserção vinham tendo variações bastante similares. Com a virada do ano a direção das variações se altera, mas o movimento dos "informais" continuou a predominar sobre

o conjunto: em janeiro, a queda de 0,89% ocorrida no nível de ocupação das seis regiões pesquisadas foi totalmente determinada pelos decréscimos havidos nos 'sem carteira' (-3,51%) e 'conta própria' (-3,97%), com os trabalhadores 'com carteira' e os empregadores apresentando variações positivas (1,24% e 1,44%, respectivamente). Essas oscilações nas formas de ocupação não chegaram, contudo, a provocar uma alteração significativa no indicador do grau de formalidade, que aumentou apenas para 0,465.

DESEMPREGO

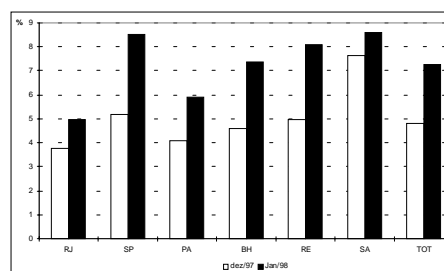
DESEMPREGO ABERTO

A taxa de desemprego aberto metropolitana, conforme mensurada pela PME, apresentou comportamento declinante no final de 1997, embora em ritmo inferior ao constatado para o mesmo período do ano anterior (ver Gráfico da capa): após ter alcançado 5,94% no mês de agosto, ela diminuiu de forma quase contínua até o mês de dezembro, quando chegou a 4,82%. No que se refere a médias anuais, a pequena elevação ocorrida - de 5,43% em 1996 para 5,67% em 1997 - foi uma decorrência de um desempenho mais satisfatório no início do ano, que compensou em boa medida a degradação registrada a partir de meados do ano passado (na verdade, olhando apenas para o último quadrimestre de cada ano, o aumento é superior a 0,6 ponto percentual).

Já no mês de janeiro deste ano, conforme antecipado não só no último número desta publicação mas também por muitos especialistas da área, houve um aumento substancial do desemprego. Este aumento foi verificado de forma apreciável em todas as regiões metropolitanas (Gráfico 10), tendo, em termos agregados, atingido a cifra de 7,26%, o seu maior nível desde há muito tempo.

Embora a elevação em si tenha sido em boa parte antecipada, o aspecto inesperado por

GRÁFICO 10
Taxa de Desemprego por Região Metropolitana



Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

detrás é que, ao contrário do que era antevisto, ela não foi devida majoritariamente a uma retração do nível do emprego, mas sim a uma ampliação da oferta de trabalho, fenômenos estes já discutidos nas seções anteriores. Apenas a título de ilustração, caso a PEA não tivesse aumentado e mesmo o nível de emprego tendo diminuído na dimensão efetivamente observada, a taxa de desemprego teria sido inferior a 5,7%. Ou seja, mais de 1,5 ponto percentual abaixo do apurado. Este mesmo exercício, em que pese de caráter meramente hipotético, se revela ainda mais surpreendente para o caso de São Paulo e Belo Horizonte: na primeira destas regiões o desemprego teria sido de 6,4% (contra os 8,35 efetivamente mensurados), enquanto na segunda, dado a elevação no nível de ocupação (ver Tabela A.2.1, no Anexo), ele teria até diminuído não fosse a notável expansão da PEA.

Longe de querer minimizar a seriedade e gravidade do problema associado à elevação das taxas de desemprego, o que se pretende aqui é chamar a atenção para o fato de que não necessariamente ele está apenas associado a uma sensível perda de capacidade da economia de gerar empregos (ou, pelo menos, além da medida em que isto vinha ocorrendo). Por certo há uma componente de natureza estrutural permeando a questão do desemprego. Mas, da mesma forma, parece inescapável a conclusão que, tomando por base os dados coletados para o mês de janeiro, existe uma outra dimensão não antecipada, e de explicação não trivial, que desempenha papel relevante para sua compreensão: o súbito aumento na oferta de mão-de-obra. A se confirmarem em levantamentos subsequentes estas informações, admitidamente incipientes, por certo o diagnóstico relativamente óbvio e imediato que tem ocupado o centro do debate até aqui terá de ser melhor discutido, e mesmo até parcialmente revisto.

Outro ponto algo intrigante que deve ser levantado diz respeito às tendências captadas pela PME vis-à-vis a PED. As diferenças metodológicas entre estas duas pesquisas são bem conhecidas, mas, pelo menos até o passado recente, elas se refletiam basicamente na questão do nível do desemprego. Em linhas gerais, as variações medidas pelas duas pesquisas domiciliares eram bastante comparáveis. Este quadro, todavia, mudou consideravelmente nos últimos meses. Da mesma forma como a PED, em especial na região de São Paulo, não detectou diminuição no desemprego no final do ano passado, tampouco houve no contexto desta pesquisa qualquer indicação de elevação na virada do ano, seja para a taxa de desemprego aberto, seja para a de desemprego oculto e total (ver Tabelas A.4.1.2-5, no

Anexo). Em que pese o nível de desemprego total venha se mantendo em níveis bastante elevados para os padrões históricos, os dados da PED revelam uma virtual estabilidade nos cinco últimos meses.

Uma vez mais, em prol da clareza de objetivos, cumpre ressaltar que este rol de observações não almeja relegar a um plano inferior a importância da questão do emprego, mas apenas salientar a possibilidade de que haja aspectos subjacentes a ela que ainda não estejam suficientemente compreendidos. Mesmo porque não pode ser afastada a hipótese de que o conjunto de informações disponíveis não esteja afetado por aspectos de ordem metodológica/estatística, de resto inerentes à qualquer pesquisa de caráter amostral e aleatório. Por isso mesmo, o acompanhamento da evolução do comportamento do desemprego, sob um prisma mais abrangente e englobando todas as variáveis que o afetam, deverá ser objeto de grande atenção nos meses seguintes, de modo que sua natureza seja devida e adequadamente diagnosticada. Sem dúvida tal tarefa demandará algum tempo, e por certo paciência, uma vez que os levantamentos e estatísticas a serem brevemente divulgados para o mês de fevereiro não fornecerão uma base concreta para análise, haja vista que a ocorrência do período de carnaval deve, potencialmente, ter interferido no modus operandi do mercado de trabalho, tanto no que tange à oferta quanto à demanda por mão-de-obra.

Feitas estas observações de caráter mais geral, alguns pontos de natureza mais descritiva merecem citação, em especial com relação à composição do desemprego (pois a taxa de desemprego em si cresceu no mês de janeiro para todas as categorias, segundo todos os cortes utilizados nesta publicação: deve, de qualquer modo, ser apontado o fato de que este crescimento foi particularmente expressivo para as faixas etárias mais baixas - Tabela A.4.5):

- as variações na composição do desemprego por gênero foram de pequena monta nos últimos meses, não obstante uma pequena elevação na participação feminina;
- a participação dos chefes de família no contingente de desempregados vem crescendo desde outubro de 1996, às expensas de um aumento da participação dos membros secundários, com destaque para o caso dos filhos;
- como decorrência do próprio aumento de sua participação na força de trabalho, o grupo com entre 15 a 17 anos de idade vem se revelando cada vez mais representativo no conjunto dos trabalhadores desempregados, à exceção do mês de dezembro último;

- quanto ao grau de instrução, o que se observou no passado recente foi uma diminuição paulatina da participação dos trabalhadores com baixa escolaridade (23,6% em setembro de 1996 contra 21,0% em janeiro do corrente), tendo como contrapartida uma elevação do percentual de trabalhadores mais escolarizados (de 7,2% para 9,5% no mesmo intervalo). Em boa medida, esta transformação pode ser atribuída às próprias mudanças na composição da PEA, onde os primeiros vêm se reduzindo mesmo em termos absolutos;
- talvez o aspecto mais merecedor de atenção no que se relaciona à composição do desemprego esteja ligado ao corte de acordo com o tempo sem trabalhar. Tanto quando se comparam os últimos quadrimestres de 1997 e 1998 e, ainda em maior escala, dezembro de 1997 com janeiro de 1998, o que se percebe nitidamente é uma mudança de perfil: é notório o aumento da elevação da participação daqueles que se encontram há mais de 12 meses sem trabalhar. Isto é indicativo de que uma parcela crescente, e também substantiva, do contingente de desempregados é constituída por indivíduos que, tendo se retirado da força de trabalho há algum tempo (provavelmente há mais de um ano) estão agora retornando. Esta constatação se reveste de importância na medida em que reforça os argumentos supracitados de que é possível que esteja em curso um processo de alteração dos mecanismos de oferta de trabalho. Isto é, o antes denominado "choque" de oferta está em parte associado não apenas ao ingresso de "novos" trabalhadores, como algumas vezes mencionado no debate a respeito, mas também, e em escala não desprezível, ao regresso de trabalhadores que, por um motivo ou por outro, haviam abdicado do trabalho (ou da procura de). Se este fato, por si só, já suscita motivos para reflexão, quanto mais quando ele ocorre em um período onde a atratividade do mercado é baixa: em dezembro de 1997 a proporção de desempregados há mais de um ano sem trabalhar era de 24,8%, tendo se elevado para 27,2% em janeiro de 1998.¹

DESEMPREGO OCULTO

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (Fundação Seade/DIEESE), o desemprego oculto por desalento aumentou ligeiramente nos últimos dois meses na região metropolitana de São Paulo, passando de 1,4% para 1,6%. Por outro lado, o desemprego oculto por precariedade diminuiu no mesmo intervalo (de 4,6% para 4,5%). Dadas as margens de erro da pesquisa, a conclusão mais razoável é que ele

tenha se mantido estável no período, o que, novamente, não deixa de ser curioso se levadas em consideração as indicações a respeito da PEA e do nível de ocupação fornecidas pela PME para aquela região metropolitana.

SEGURO DESEMPREGO

Em 1997 o Programa de Seguro-Desemprego apresentou números bastante semelhantes aos do ano anterior: em termos absolutos houve um acréscimo de 4.720 requerentes, o que representou uma variação de apenas 0,1% sobre os 4.393.366 de 1996. Já no que diz respeito às pessoas que obtiveram esse benefício, houve uma redução de 27.382 em seu número (-0,63%, relativamente aos 4.348.166 do ano anterior). Com isso a taxa de habilitação sofreu uma ligeira queda (de 98,97% para 98,24%).

Em termos do valor médio do benefício por segurado, este praticamente não sofreu alteração quando expresso em múltiplos do salário-mínimo (passou de 1,56 para 1,57), mantendo o padrão de estabilidade que vem sendo sua característica desde 1994. A preços constantes de dezembro de 1995, a média de 1997 foi 5% superior à de 1996, haja vista a elevação do valor real do salário mínimo no ano anterior. Com a extensão do período de percepção do seguro, prevista para ocorrer este ano, os valores totais deverão sofrer uma elevação em 1998.

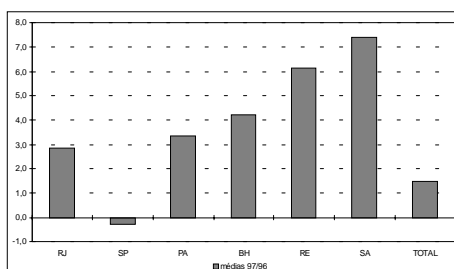
RENDIMENTOS

A renda real média nas seis regiões metropolitanas em que é coletada a PME, em 1997, foi 1,49% superior àquela verificada em 1996. Comparado com as variações dos anos anteriores, esse resultado vem a ser o pior da fase pós-Real: a renda média havia crescido 5,37% em 1994, 8,68% em 1995, e 5,53% em 1996.

Na realidade, os rendimentos médios começaram a mostrar um desempenho tímido já no último quadrimestre de 1996, quando seu crescimento havia sido de apenas 1,4% em relação ao período imediatamente anterior. Dando continuidade a esse baixo dinamismo do final de 1996, o início do ano foi o período mais fraco de 1997 (o que é uma característica sazonal), com a renda caindo 3,94% no primeiro quadrimestre. Daí para frente ela voltou a apresentar uma evolução mais favorável, com crescimentos sucessivos nos segundo

¹ Poder-se-ia argumentar que esta elevação pudesse ser consequência do fato que o início do ano é marcado pela retirada voluntária de uma parcela da mão-de-obra "flutuante" que se engaja na força de trabalho durante o aquecimento do comércio na fase pré natalina, mas a comparação com o janeiro anterior (17,6%) parece desautorizar tal explicação.

GRÁFICO 9
Varição da Renda Média por Região Metropolitana (Em %)



Fonte: Elab. própria, a partir de dados da PME/IBGE.

(3,2%) e terceiro (3,82%) quadrimestres. Na comparação com 1996, período a período, tal comportamento representou crescimentos inferiores a 1% no primeiro (0,97%) e segundo (0,53%) quadrimestres; enquanto o terceiro mostrou um aumento de quase 3% (2,93%). Esta recuperação no final do ano permitiu elevar a média anual, de forma a alcançar o percentual de 1,49% supracitado.

Em termos do desempenho regional, contribuíram decisivamente para esse resultado inferior aos alcançados em outros anos, em razão do peso destas regiões, o decréscimo verificado em São Paulo (-0,29%) e o pequeno crescimento ocorrido no Rio de Janeiro (2,83%), já que as demais regiões metropolitanas apresentaram uma evolução significativa (+3,34% em Porto Alegre, +4,21% em Belo Horizonte, +6,13% em Recife e +7,41% em Salvador).

Setorialmente a redução da taxa de crescimento da renda foi generalizada, com a única exceção da Administração Pública, cuja renda média setorial subiu 3,67% em 1996 e 4,48% em 1997. A Indústria Extrativa Mineral teve uma queda de 0,55%, o mesmo ocorrendo na Agropecuária (-4,65%).

O impacto da fraca evolução de 1997 sobre a renda de homens e mulheres seguiu o padrão que vem sendo observado nos últimos anos, com um crescimento maior da renda das mulheres: 3,08% contra apenas 1,1% de acréscimo da renda dos homens. Com isso, embora ainda mantendo-se em patamares elevados, houve prosseguimento na tendência de estreitamento do diferencial de rendimentos entre os gêneros: de 60,19% em 1996, para 57,10% em 1997 (essa diferença era de 68,09% em 1991).

No que diz respeito ao comportamento da renda segundo as formas de inserção ocupacional, apenas os empregadores tiveram uma variação negativa em 1997, com um

decréscimo de 1,35%, relativamente ao ano anterior. Como 1996 havia sido um ano praticamente de estagnação dos rendimentos dessa categoria (crescimento de apenas 0,71%), a renda real média de 1997 encontra-se num patamar inferior ao verificado em 1995 (-0,67%). As demais formas de posição na ocupação tiveram crescimento, sendo os empregados sem carteira a categoria que mostrou uma taxa maior (3,61%), seguida dos empregados com carteira (1,81%) e dos trabalhadores por conta própria (1,44%).

Como conseqüência dessa evolução dos rendimentos das diversas categorias ocupacionais, o diferencial da renda recebida pelos empregados com carteira diminuiu relativamente àqueles sem carteira, tendo passado de 34,9%, em 1996, para 32,81% - e cresceu ligeiramente em relação à renda dos trabalhadores por conta própria (de 16,36% para 16,86% no mesmo período)

PRODUTIVIDADE

A produtividade na Indústria de Transformação, calculada a partir dos dados levantados pela Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, mostrou significativo incremento em 1997 (dados até novembro): pelo conceito de Produtividade das Horas Pagas, houve um aumento de 13,75% sobre o período janeiro-novembro de 1996. Esse aumento é o maior apresentado por este indicador desde 1991, superior mesmo ao verificado em 1996, que havia sido, até então, o mais expressivo nesta década. Com isso o aumento acumulado nos últimos dois anos (caso os dados de dezembro confirmem esse desempenho) deverá alcançar a significativa cifra de 27,9%. Tais resultados devem, contudo, ser vistos com cautela, em função das limitações da pesquisa (ver, a propósito, o artigo sobre medidas de produtividade na Nota Técnica deste número).

Entre os setores industriais que se destacaram em 1997 (com taxas de crescimento superiores a 15%) encontram-se Mecânica e Material de Transporte, o que reforça a importância da discussão feita na seção Opinião dos Atores deste número.

ATIVIDADE SINDICAL

Segundo os levantamentos do DIEESE, o ano de 1997 (dados até novembro) registrou um considerável decréscimo dos movimentos grevistas, com redução de 44% no número das greves em que foi possível levantar a quantidade de grevistas e de horas paradas. Os números relativos a estas duas variáveis, por sua vez, experimentaram quedas ainda maiores, da ordem de 66% em ambos os casos.